

ESPAÇO SOCIAL E FORMAÇÃO DOCENTE: a experiência da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz na cidade de Florianópolis, Santa Catarina (2001-2009)

Jéferson Silveira Dantas*

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as relações que envolvem o espaço social onde habitam crianças e jovens em situação de risco nas comunidades dos morros na cidade de Florianópolis e o tipo de escolaridade oferecida a este público escolar em unidades públicas estaduais de ensino associadas à Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Nesta direção, procura compreender os processos de escolarização, as construções curriculares e as ações pedagógicas de formação continuada docente, assim como as estratégias das políticas públicas educacionais na esfera municipal e na estadual.

Palavras-Chave: Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Comissão de Educação. Formação docente. Currículo escolar.

Considerações iniciais

O estudo em questão lida com dimensões socioeducacionais bastante complexas e decisivas, principalmente quando se trata da escolaridade de crianças e jovens em situação de risco social¹. Não é sem obstáculos que a Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC)² tem enfrentado os dilemas das múltiplas repetências, das

* Bacharel e Licenciado em História e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: clioinsone@gmail.com

¹ Para Shuler, citado por Ximenes, “estudantes em situação de risco são aqueles que estão em perigo de abandonar a escola ou graduar-se sem dominar o conhecimento e as habilidades que são necessárias para serem cidadãos efetivos e assim contribuir para a economia” (2001, p. 54). Para os limites deste estudo, crianças e jovens em *situação de risco* são os que evadem da escola ou que são multirrepetentes. Nos casos mais extremos, crianças e jovens estão mais propensos à criminalidade, principalmente ao narcotráfico. Neste sentido, ao não se apropriarem adequadamente da leitura e escrita, ficam cada vez mais distantes da vida produtiva exigida pelo mercado de trabalho.

² A Comissão de Educação, responsável pela articulação, organização e proposição dos encaminhamentos das demandas locais na construção de políticas públicas educacionais, representa um dos braços do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, tendo à frente representantes das escolas de ensino fundamental e de ensino médio

evasões escolares, da violência física e simbólica e da diminuição progressiva de estudantes em suas unidades de ensino, além do descaso das políticas públicas educacionais, que não oferecem condições de trabalho aos educadores³. Nesta direção, o jogo de forças entre diferentes grupos sociais e políticos, com distintos bens econômicos e simbólicos, refletem-se, sobremaneira, no território escolar. Esse reflexo, porém, não se dá de forma mecânica e reducionista. Os valores ideológicos da *lógica do capital*⁴ necessitam de mediadores ou de *arbitrários culturais* que reforcem ou inculquem tais valores (BOURDIEU e PASSERON, 1982).

No caso específico das escolas públicas estaduais associadas à CE/FMMC⁵, a violência simbólica tem contornos traumáticos para crianças e jovens em situação de risco social. Ainda há elementos que valorizam – por parte dos professores e professoras – o estudante ou a estudante que corresponde ao ideário escolar, ou seja, ao/à mais afeito/a às expectativas da escola e, conseqüentemente, ao seu currículo (cultura escolar).

Sabemos, contudo, que não é possível transformar o currículo sem que os trabalhadores e trabalhadoras em educação (agentes da mudança) incorporem, em suas práticas pedagógicas, diferentes formas de ensinar crianças e jovens que não possuem os códigos culturais e linguísticos das classes sociais mais bem providas de capital econômico. Nos termos do sociólogo francês François Dubet (2008), os ‘sobreviventes’ da educação básica romperam a trágica barreira da seletividade e da meritocracia, ainda que isso não garanta galgar outros níveis e títulos de escolaridade socialmente reconhecidos.

(totalizando, atualmente, sete unidades de ensino). Em sua organização mais ampla, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz é constituído por organizações não-governamentais e lideranças comunitárias, contando com comissões específicas nas áreas de meio ambiente, segurança, comunicação e geração de trabalho e renda (DANTAS, 2007, p. 123).

³ O governo de Santa Catarina, acompanhado de mais quatro estados brasileiros, foi contra o piso salarial nacional de R\$ 950,00 e a incorporação de 1/3 de hora-atividade para educadores e educadoras se dedicarem à preparação das aulas e à participação em cursos de formação continuada. Na prática, o governo catarinense, em sua atual gestão (2003-2010), tem apostado na precarização do trabalho docente como estratégia de enfraquecimento das lutas coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

⁴ Nos termos do filósofo húngaro István Mészáros, a lógica do capital apresenta uma estrutura de regulação sistêmica irreformável, ou seja: “[...] exclui, com uma irreversibilidade categórica, a possibilidade de legitimar o conflito entre as *forças hegemônicas fundamentais rivais* em uma dada ordem social, como *alternativas viáveis entre si*, quer no campo da produção material, quer no âmbito cultural/educacional” (2005, p. 26). [grifos no original].

⁵ Atualmente, são sete as unidades de Ensino da CE/FMMC, a saber: EEF Lúcia do Livramento Mayvorne; EEB Jurema Cavallazzi; EEB Celso Ramos; EEB Lauro Müller; EEB Henrique Stodieck; EEF Silveira de Souza; EEB Hilda Teodoro Vieira e EEB Padre Anchieta. A EEF Antonieta de Barros, que pertencia à CE/FMMC, foi fechada no final do ano letivo de 2007 por motivos estruturais; hoje, a escola abriga a biblioteca da Secretaria de Estado da Educação (SED), além de servir de estacionamento para os servidores públicos desta secretaria. A Escola de Ensino Fundamental Silveira de Souza também foi fechada no final de 2009, sob a alegação de que seu espaço físico estava sendo subutilizado e havia poucas matrículas. Os Centros de Educação Infantil (Anjo da Guarda, Cristo Redentor e Nossa Senhora de Lurdes), que também faziam parte da CE/FMMC, foram recentemente municipalizados, ocasionando uma dispersão de suas lideranças pedagógicas.

Nesta direção, todo processo de formação continuada da CE/FMMC tem privilegiado discussões temáticas que envolvam a realidade das comunidades dos morros de Florianópolis, sobretudo aquelas relacionadas aos eixos temáticos criados durante os anos de 2003 a 2004⁶. Porém, nem sempre estes eixos são incorporados aos projetos político-pedagógicos das unidades de ensino, ainda que os temas *avaliação* e *violência* apareçam com regularidade no processo de formação continuada destes docentes. No que tange ao eixo temático sobre a *violência*, entendemos que tal categoria se tem apresentado como um falso problema, pois tudo parece caber na problemática da violência. Ainda que admitamos todas as formas de violência – física e simbólica – que acontecem nas escolas, não podemos esquecer que a raiz objetiva da violência é econômica e de classe. Caso contrário, “fica aberto o caminho para que a atuação se centre na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente” (VÁSQUEZ, 2007, p. 386).

Num plano social e estrutural mais amplo, a consolidação da lógica do capital tem evidenciado diferentes formas de análise teórica (academicamente falando) em relação ao conjunto das forças sociais em litígio. Contudo, tais modelos teóricos e seus respectivos agentes, em grande medida, estão cada vez mais descompromissados e apartados do caráter emancipatório dos processos educativos, o que é preocupante do ponto de vista de uma realidade como a apresentada nas comunidades do maciço. Em outras palavras, os projetos de utopia coletiva e revolucionária estariam ultrapassados, dando espaço à celebração das diversidades, às pluralidades despolarizadas e a uma globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2008). A complexidade das questões políticas e sociais do mundo atual, nas quais também se inserem os cenários educacionais, não conseguiriam mais se contrapor por um único projeto alternativo sistemático à lógica do capital (SADER, 2007). Entretanto, Marshall Berman (1992) nos alerta que os dilemas da modernidade continuam fundamentais em relação aos desafios contemporâneos sociais, numa ofensiva acachapante aos pragmáticos e pós-modernos.

De uma forma muito concreta, a precariedade das condições existenciais de homens e mulheres que residem nas comunidades dos morros de Florianópolis é atravessada pela ausência de regularização fundiária, alimentação adequada, água encanada, energia elétrica, vestuário, escolaridade, empregabilidade e mobilidade urbana, ou seja, problemáticas

⁶ Os eixos temáticos são os seguintes: 1) Violência; 2) Sabor e Saber (merenda sem agrotóxico); 3) Sexualidade; 4) Meio Ambiente; 5) Comunicação; 6) Arte-Educação; 7) Informática; 8) Bibliotecas Integradas; 9) Avaliação Escolar. Tais eixos estariam, teoricamente, transversalizando os currículos das escolas associadas à CE/FMMC, objetivando encaminhamentos comuns e, sobretudo, problematizações consistentes relacionadas ao entorno social dos educandos (DANTAS, 2007).

tipicamente modernas. Stuart Hall (2003, p. 92) assinala também que “*nenhuma conjuntura é inteiramente nova e é sempre uma combinação de elementos já existentes com outros emergentes*” ou a ‘*articulação de uma desarticulação*’ nos termos gramscianos. Assim, a experiência política e pedagógica da CE/FMMC passa, necessariamente, pela organização da coletividade docente que, além de alterar suas formas de luta no que tange às condições de trabalho, também pode se fortalecer pedagogicamente, reunindo elementos conceituais e estratégicos que atendam às necessidades de crianças e jovens que ainda não se apropriaram adequadamente da leitura e da escrita.

Espaço social: cenário de atuação político-coletiva e constituição do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC) –, décadas de 1980 e 1990

Para compreender os processos de escolarização nas escolas públicas associadas à CE/FMMC, faz-se necessário saber quais são os espaços sociais de ocupação das crianças e jovens atendidos por estas unidades de ensino. O geógrafo Luciano Augusto Henning (2007, p. 12), em sua pesquisa sobre a ‘distribuição espacial dos alunos das escolas integrantes da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz’, indica que no início do século XXI Florianópolis já contava com mais de 5.500 domicílios localizados em favelas, ou assemelhados. Além disso, neste período, a prefeitura de Florianópolis apontava a existência de dezenas de assentamentos irregulares (ocupações em mangues, dunas, encostas e planícies de inundação). Esta é a situação do Maciço do Morro da Cruz, localizada na área insular da capital:

No Distrito Sede encontra-se o Maciço do Morro da Cruz [MMC], e sua estrutura geológica é formada por um bloco rochoso, alongado, composto por granitos cortados por diques de diabásio [...]. O setor norte, denominado Morro da Cruz, configura-se como uma área mais elevada, atingindo 283 metros de altitude, característica que a torna adequada para a transmissão de informação; nesta área se localizam as antenas de transmissão e as principais emissoras de televisão, bem como um mirante turístico. No setor sul, mais rebaixado, a altitude máxima é de 188 metros. [...]. Em suas encostas, o MMC abriga pelo menos 18 comunidades, integrantes desta ‘outra cidade’, negligenciada pelos órgãos públicos. Entre eles estão: Mont Serrat; Nova Descoberta; Morro do Tico-Tico; Morro da Mariquinha; Morro do Mocotó; Morro da Queimada; Caieira do Saco dos Limões; Alto da Caieira; Morro da Serrinha; Morro da Penitenciária; Morro do Horácio; Morro Santa Vitória; Morro do 25; Nova Palestina; Nova Trento; Morro do Céu; Ângelo La Porta; Morro do Duduco (Ibidem, p. 13).

Segundo dados da prefeitura de Florianópolis (2009), a área total do Maciço do Morro da Cruz é de 2,1 milhões de metros quadrados, com uma população estimada de 22.708

moradores, distribuída entre 17 comunidades; da área, 675 mil metros quadrados são de ocupação humana. Não há consenso, porém, em relação ao número de habitantes das comunidades dos morros, muito menos em relação ao número de comunidades existentes, já que algumas ocupações recentes ainda não foram devidamente catalogadas. Segundo as lideranças comunitárias do Maciço do Morro da Cruz, estima-se que existam praticamente 30.000 residentes, o que equivale a quase 8% da população absoluta da capital.

Ainda sobre o Maciço do Morro da Cruz, Henning (2007, p. 19) descreve que a ocupação começou a partir do “recebimento dos escravos libertos no final do século XIX”, além da recente migração e pauperização das populações rurais⁷. Os morros da Mariquinha e do Mocotó, por exemplo, foram ocupados por homens e mulheres de baixa renda, muitos dos quais ex-escravos que trabalhavam em casas de família na área central de Florianópolis ou no mercado público da cidade. Com a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1922, muitas famílias que residiam próximo à ponte – onde antigamente havia um cemitério – foram deslocadas para o Morro do Mocotó.

Apesar de o relato de tal ocupação estar correto do ponto de vista de seu adensamento populacional pelas razões acima citadas, Henning pouco problematiza ao longo de sua análise tal processo, como se ele tivesse ocorrido de maneira natural, sem embates ou litígios. Para tanto, o historiador Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2002, p.234-235) esclarece que a Ilha de Santa Catarina, pelo Censo de 1872, possuía 26.311 habitantes. Na Freguesia de Nossa Senhora de Desterro (centro urbano) existiam 9.108 habitantes, dos quais 1.622 eram cativos. Tais cativos desenvolviam as mais diferentes atividades produtivas: 35 eram marítimos; 57, costureiros; 21, artistas; 24, pescadores; 48, operários em edificações; 46, operárias em tecidos; 541, domésticas, entre outros. Cardoso alerta que havia ainda centenas de africanos e “afrodescendentes libertos [...] responsáveis por grande parte daquilo que hoje convencionamos denominar de infra-estrutura urbana”.

Já a historiadora Roselane Neckel (2003, p. 50) problematiza o ‘discurso da modernidade’ nas primeiras décadas do século XX em Florianópolis, o que culminou com a expulsão de pessoas de baixa renda das regiões centrais da cidade:

Pouco a pouco, junto com as mercadorias européias, também introduziram-se novos gostos, hábitos e preocupações que acentuaram ainda mais as diferenças entre os abastados e os pobres. Constituíam-se simultaneamente ao poder de compra percepções e sensibilidades que aos poucos se tornaram responsáveis pela noção de que ‘classes pobres e classes perigosas’ são expressões que denotam a mesma

⁷ Santa Catarina é o estado que tem o maior índice de êxodo rural da Região Sul, atingindo taxas migratórias que ultrapassam os 90% (DANTAS, 2007).

realidade; ou seja, o medo da pobreza, que passa a ser vista como o outro, cujos maus hábitos contribuiriam para o surgimento das epidemias e das desordens na cidade.

Como já acontecia com a capital do Brasil, Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX (DANTAS, 2007), Florianópolis passou por intensas reformas urbanas, tais como a construção de redes de água encanada; rede de esgotos; iluminação pública com o uso de energia elétrica; abertura de avenidas (Avenida Hercílio Luz, notadamente) e, conseqüentemente, a construção de uma ponte para ligar a ilha ao continente, batizada com o nome do governador catarinense Hercílio Luz (NECKEL, p. 57).

Porém, o preço da ‘modernidade’ - destruição de casas de pedreiros e marceneiros para dar lugar a praças, avenidas e passeios públicos - foi bastante elevado. O reformismo e o higienismo andavam juntos nestas novas dinâmicas de sociabilidade, apartando cada vez mais as elites econômicas dos trabalhadores manuais. A redefinição de tais espaços sociais no centro da cidade promoveu, portanto, a exclusão da população pobre para os morros e periferias da Ilha de Santa Catarina. Neckel deduz:

[...], vai ficando explícito que as obras de saneamento não foram realizadas para melhorar as condições higiênicas dos habitantes em geral, mas de alguns setores privilegiados, ampliando suas distinções em relação às classes mais desfavorecidas. Os custos da instalação aliada à sua expulsão das áreas centrais da cidade para as regiões periféricas parecem indicar que o saneamento, mais do que uma forma de melhorar condições de saúde e higiene da cidade, foi uma maneira de segregar técnica e objetivamente a população pobre (Ibidem, p. 91).

Logo, o processo histórico de ocupação do Maciço do Morro da Cruz, assim como a constituição de suas lideranças comunitárias, tem a sua gênese nas primeiras décadas do século XX, com desdobramentos mais intensos nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Tal territorialização precisa ser compreendida a partir de relações de poder e dos conflitos entre as diferentes comunidades, já que não se trata de um território homogêneo em termos de demandas coletivas. Neste espaço social, as tensões se expandem para os riscos ambientais de ocupação das encostas e variações climáticas, além dos efeitos da violência urbana (incluindo o narcotráfico), numa luta antinômica que envolve a “*busca continuada pela paz e as tentativas de controle através da violência ‘legítima’ do Estado, [muitas vezes] geradoras de novas violências no cotidiano dos cidadãos*” (ANPUR, 2009, p. 11-12).

A organização do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC), contudo, é algo mais recente e se confunde com a trajetória de sua principal liderança, Vilson Groh.⁸ Na emergência dos movimentos sociais no Brasil, que desde o final da década de 1970 vinham acompanhados dos últimos estertores da Ditadura Militar (1964-1985), surgiram diversas mobilizações de moradores empobrecidos das cidades brasileiras, reivindicando moradia, transporte, saúde, educação, creches, segurança e canalização de água e esgoto. Tais movimentos sociais urbanos tiveram enorme impacto no Brasil, denotando outra forma do ‘fazer político’ e ampliando a noção de identidades coletivas (PAOLI *et. al.*, 1995, p. 33-34).

Foi em tal contexto que Vilson Groh passou a conhecer mais de perto a problemática dos morros de Florianópolis. Groh foi fazer teologia na capital catarinense em 1978, concluindo o curso em 1979, mesmo ano em que ocorria a conferência de Puebla, no México, na qual a Igreja Católica na América Latina – a partir das discussões das comissões eclesiais de base (CEBs) - realizava duas importantes opções: pelos pobres e pelos jovens (SCHERER-WARREN; ROSSIAUD, 1999, p. 101-102). Desta maneira, Groh iniciou seu trabalho social no Morro do Mocotó nos idos da década de 1980 e, posteriormente, no Mont Serrat, onde reside até hoje. Já se delineava ali a sua relação com organizações não-governamentais (ONGs). Profundamente influenciado pela teologia da libertação e pela inspiração pedagógica popular do educador pernambucano Paulo Freire (1921-1997), Groh passou a ajudar no processo eleitoral democrático no conselho comunitário do Mont Serrat. Tal processo tinha por finalidade descentralizar as ações do Conselho Comunitário, bastante encerrado em seus próprios muros, através de comissões de educação, de ruas, de alimentos, etc. (Ibidem, p. 103-104). Aliás, tal estratégia foi construída com outros conselhos comunitários nos morros de Florianópolis, originando, anos mais tarde, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Pode-se dizer que o Mont Serrat foi um dos embriões de tal experiência coletiva.

No final da década de 1980, quando as ocupações irregulares em Florianópolis se agudizavam em suas periferias, as experiências sociais, que já ocorriam nos morros da capital catarinense, tiveram o auxílio do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST). Estes, quando vinham em caravana para Florianópolis, “[compartilhavam] muito as táticas de ocupação, [sendo] muito presentes em Florianópolis neste período” (Ibidem, p. 106). Contudo, no âmbito das políticas públicas municipais, Groh considera que a administração do peemedebista Edison Andrino (1986-1988) foi importante para o movimento de associação

⁸ Vilson Groh, 56, padre e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Natural de Brusque/SC, veio para Florianópolis em meados da década de 1980 e reside, atualmente, na comunidade Mont Serrat, pertencente ao Maciço do Morro da Cruz.

dos moradores dos morros da capital, projetando aquilo que seria a gênese do orçamento participativo (OP). Todavia, esta incipiente aproximação do executivo municipal com as comunidades periféricas de Florianópolis teve a sua estrutura abalada com a vitória de Esperidião Amin para prefeito⁹. O peefelista Amin deixava bem claro, em sua plataforma de campanha, que seus objetivos estavam alicerçados no turismo (Beira-Mar continental, construção de marinas), ou seja, em setores que agregassem mais *capital*, embora toda a campanha tenha sido realizada em ‘cima dos morros’. A postura política de Esperidião Amin em relação às comunidades periféricas tinha claro tom assistencialista, segundo Vilson Groh:

[...]. O Amin chegou ao ponto de querer fazer um plebiscito para saber se caboclo podia entrar na Ilha ou não, pois houve um período em que se atribuía a violência na cidade ao caboclo migrante. Os caboclos foram muito marginalizados. Nós levantamos três elementos neste processo migratório em Florianópolis. Um é a vinda do migrante nos anos 70 a 80, outro é a especulação imobiliária das praias a partir de 80, quando a população açoriana migra para a periferia ou se torna o ‘caseiro da mansão’. O último elemento é o problema do empobrecimento econômico da população a partir dos anos 80, que empurra a população pobre para a periferia (Ibidem, p.106-107).

Portanto, foi somente a partir da gestão pública da Frente Popular em Florianópolis (1993-1996)¹⁰ – experiência política inédita em se tratando da capital catarinense –, que as lideranças comunitárias dos morros puderam ter mais acesso à discussão de suas demandas coletivas. Esta participação mais incisiva das lideranças comunitárias, todavia, necessita ser problematizada nos limites da própria participação pública, já que o projeto de OP proveniente da Frente Popular nem de longe se comparava, por exemplo, às experiências positivas do OP de Porto Alegre, capital gaúcha:

[...]. De fato, Porto Alegre vem sendo protagonista de uma experiência que – servindo como modelo para vários municípios no país – procura atender à premissa de que a população não apenas deve ser consultada quanto às demandas do investimento do poder público, como também ser capacitada para deliberar acerca das prioridades, participando ativamente da própria execução e controle do orçamento público (LÜCHMANN; BORBA, 2007, p. 2-3).

Embora a boa receptividade da autoridade político-institucional na esfera administrativa da Frente Popular em Florianópolis tenha sido fundamental para dar

⁹ Esperidião Amin não chegou a terminar o seu mandato como prefeito, pois em 1990 concorreu a uma vaga ao Senado, e a conseguiu, ficando neste cargo até 1999. Também concorreu à presidência da República em 1994, ficando em sexto lugar no cômputo geral. A gestão municipal (1989-1992) foi concluída por Antônio Henrique Bulcão Viana.

¹⁰ A Frente Popular era formada pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Verde (PV), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) (DANTAS, 2007).

visibilidade aos problemas estruturais de moradia, alimentação e infraestrutura das comunidades periféricas, a continuidade de seus propósitos foi interrompida nas gestões posteriores¹¹. Mas, mais do que uma descontinuidade política, a construção do OP em Florianópolis, notadamente, foi um projeto imperfeito, já que nem mesmo suas lideranças partidárias apresentavam convergências em relação à proposta. No que tangia à forma de representação no OP, Vilson Groh aponta:

As associações de moradores tinham direito a um delegado por conselho. Nas assembleias, cada 10 pessoas que participassem tinham direito a um delegado. Por exemplo, se uma comunidade levasse 200 pessoas numa assembleia da área 5 teria direito a 20 delegados. A participação era proporcional à mobilização. Esses delegados fizeram um levantamento das necessidades da comunidade (SCHERER-WARREN; ROSSIAUD, 1999, p. 115).

Assim, os canais de participação popular em Florianópolis, mesmo com as suas debilidades, conseguiram se estruturar de forma mais orgânica e, no final da década de 1990, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz se tornou uma importante instância de deliberação/negociação coletiva. Os processos de participação popular, retomados após o período ditatorial no Brasil, tendo como condicionante institucional a Constituição Federal de 1988, promoveu uma série de ações de caráter estatutário (Lei Orgânica da Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Cidade), o que dinamizou e potencializou novas instituições participativas, como foi o caso do OP (LÜCHMANN; BORBA, 2007, p. 8). No terreno educacional, as propostas de mudanças curriculares no antigo ensino de 1º e 2º grau, iniciadas na década de 1980, desencadearam a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), publicada definitivamente no Diário Oficial em dezembro de 1996.

Porém, o FMMC, apesar de apresentar demandas comuns, não se configura plenamente como uma organização não-institucional, pois suas barganhas políticas ocorrem, sobretudo, na esfera político-institucional. Logo, sofre todas as oscilações políticas das gestões públicas em vigor, obtendo mais e menos conquistas sociais. Para a socióloga Ilse Scherer-Warren (s.d), composições sociais como o FMMC podem ser enquadradas em

¹¹ Com Ângela Amin, em duas oportunidades (1997-2000 e 2001-2004), houve um retrocesso em relação à participação popular na gestão da 'coisa pública' e a adoção de medidas assistencialistas nas comunidades dos morros de Florianópolis, e, atualmente, na gestão do 'prefeito itinerante' Dário Berger (2005-2008 e 2009-2012), que foi prefeito duas vezes numa cidade vizinha de Florianópolis e está em seu segundo mandato na capital catarinense. No que concerne à sua gestão, a campanha realizada em sua reeleição deu visibilidade ao maciço do Morro da Cruz, mais por imposição das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal do que, propriamente, por convicções políticas.

organizações de articulação e mediação política, formas de mediação que permitem interlocução e parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado (audiências públicas, assembleias, conferências políticas, OP, conselhos setoriais de políticas públicas, Agenda 21, etc.). Desse modo, o FMMC asseguraria, nestes espaços institucionalizados, “oportunidades do exercício do ‘controle social pela cidadania’, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506). Atualmente, o FMMC tem-se organizado também através de canais virtuais (grupo de discussão via *internet*), embora os encontros presenciais – denominados *fóruns ampliados* –, com a participação das comissões de segurança, ambiente, trabalho e renda, educação, informação, continuem sendo fundamentais, pois “a forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa, ainda que de mais difícil realização nos fóruns mais amplos [...]” (Ibidem, p. 514).

Um último e decisivo aspecto se refere ao formato das lideranças comunitárias nos morros da Ilha de Santa Catarina. Diversas razões, dentre elas a ausência de uma articulação mais precisa entre as comissões do FMMC, têm provocado sua dispersão e, sobretudo, o enfraquecimento de suas proposições comuns. Há ainda os problemas atuais da coordenação-geral do FMMC, face aos equívocos das estratégias políticas dos últimos anos diante das novas exigências das comunidades dos morros de Florianópolis. Estas novas exigências deveriam caminhar *pari passu* com as diferentes identidades e os objetivos comuns do FMMC, o que por si só aponta conflitos inevitáveis e a eliminação da pura ação instrumental e pragmática do FMMC em relação ao poder público (MUNCK, 1997, p. 7). Nesta direção, a consistência da identidade e das estratégias de atuação política do FMMC, segundo Munck (Ibidem, p. 8), é baixa quando suas forças políticas ficam personalizadas ou as estratégias prevalecem sobre as diferentes identidades, o que ocasiona a perda da autonomia do Fórum; ou ainda, quando as estratégias políticas são apenas defensivas e autolimitadas, dificultando mudanças significativas no entorno social das comunidades envolvidas. Os riscos a uma tendência populista e personalista do FMMC, embora condenáveis, são resultados diretos de três problemas centrais apontados por Munck: a formação do ‘ator’, a coordenação social e a estratégia política do movimento (Ibidem, p. 9). Se a organização estratégica do FMMC não contiver em seu horizonte, nem que seja minimamente, estes três elementos, suas comissões não conseguirão construir a autonomia, pois ficarão na dependência de uma liderança limitada e pouco deliberativa.

Para a historiadora Aline Fernandes Carrijo (2009, p. 42), que entrevistou algumas lideranças na comunidade do Mont Serrat, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) desmobilizou as comissões do FMMC, já que todas as reuniões ou encontros estão focalizados, no atual momento, nas obras provenientes deste programa, elaborado pelo governo federal. Com isso, perdeu-se a dinâmica das leituras comunitárias, que estavam discutindo o Plano Diretor Participativo (PDP) em Florianópolis. Em outras palavras, o PDP perdeu espaço para o PAC, como se um processo anulasse o outro e não estivessem inextricavelmente envolvidos. A assistente social da prefeitura de Florianópolis, responsável por parte do projeto do PAC no Maciço do Morro da Cruz, considera que o projeto nas comunidades dos morros deve atender a uma política de geração de emprego e renda, baseada em oito ações, a saber: infraestrutura, habitação, parque, transporte, trabalho social, lixo, recuperação ambiental e regularização fundiária. Entretanto, as lideranças comunitárias veem com desconfiança tal processo e, muitas vezes, as tensões são inevitáveis (Ibidem, p. 47).

Associado a isso, algumas lideranças comunitárias perdem a legitimidade e/ou a credibilidade quando cooptadas pelo poder público municipal, enfraquecendo politicamente ainda mais o FMMC. Não por acaso e pela necessidade de se retomar o processo político do final da década de 1990, o Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) e o Centro Social Marista Mont Serrat¹², em parceria com a UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), lançaram em julho de 2009 um curso de capacitação e formação de lideranças comunitárias. O objetivo era subsidiar teoricamente as práticas comunitárias, educando para a cidadania e fomentando a troca de experiências entre as comunidades da Grande Florianópolis. Os módulos a serem estudados eram os seguintes:

a) Módulo 1: Relações de poder na comunidade e na sociedade; memória nas relações da comunidade interna e externamente com os vários governos; relações de poder estabelecidas; formas de organização e participação; ética e sociedade e direitos humanos;

b) Módulo 2: políticas públicas e movimentos sociais;

c) Módulo 3: sistemas de controle e avaliação (conselhos); orçamento público; definição orçamentária do município; poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

¹² O CCEA surgiu a partir da ação de um grupo de mulheres da comunidade do Mont Serrat, que queriam evitar que seus filhos se envolvessem com o narcotráfico. Por isso, esta ONG, presidida por Vilson Groh, focaliza suas atividades na inserção social, pela implementação de processos educativos que possibilitem o aumento da autoestima, da capacidade de leitura e compreensão da realidade sociocultural e o compromisso comunitário e cidadão. Trata-se de uma instituição de utilidade pública federal (Port. nº 1331/06), estadual (Lei nº 11163/99) e municipal (Lei nº 5403/98), com registros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA -, nº 049/2005; no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS -, nº 069/00 e no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS -, nº R0059/2006 (2008, p. 1-3).

d) Módulo 4: questão urbana e plano diretor; o Maciço e a cidade: obras do PAC, parque ecológico, Zeis;

e) Módulo 5: redes internas e redes sociais; empoderamento das comunidades e governança.

Isto demonstra a necessidade de se equilibrar as forças sociais em litígio, elevando o poder de barganha com o poder público e possibilitando a participação de novos sujeitos históricos na construção de lideranças comunitárias. No próximo tópico, tratar-se-á da comissão de educação do FMMC, que passou a se organizar de forma associativa nas escolas públicas e centros de educação infantil mantidos pelo poder público estadual, atendendo, em grande medida, a crianças e jovens provenientes das comunidades dos morros de Florianópolis.

Currículo escolar e formação docente: atuação da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (CE/FMMC)

Numa determinada reunião ordinária da CE/FMMC¹³, uma diretora de um centro de educação infantil (CEI) sintetizou assim a importância da comissão: *“O que nos identifica aqui, sobretudo, é uma questão geográfica, já que o nosso público vem todo do Maciço!”*. De fato, as escolas públicas e CEIs mantidos pelo poder público estadual passaram a se associar ao FMMC não só em meados de 2001, mas a partir do contato com a realidade das comunidades dos morros de Florianópolis com Vilson Groh, seu principal interlocutor. Os principais dilemas destas unidades de ensino se situavam, naquele momento histórico, nos índices alarmantes de repetência e evasão escolar¹⁴, o que demandava uma formação docente atenta às especificidades deste público escolar.

Através da CE/FMMC, foi possível estabelecer projetos de extensão com determinados cursos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacando-se: serviço social, arquitetura, biblioteconomia, pedagogia, psicologia e geografia. Nos últimos dois anos, sobretudo, professores do centro de ciências da educação e do centro de filosofia e ciências humanas da UFSC promoveram, em parceria com as unidades de ensino, um projeto de formação continuada docente, que será comentado mais adiante.

¹³ A reunião ocorreu nas dependências da Escola de Educação Básica Lauro Müller, no dia 3 de setembro de 2008, com a participação dos/as representantes das escolas e CEIs associadas à CE/FMMC, além da presença de Vilson Groh (coordenador-geral do FMMC); Jair Batista (Secretário-Geral do Maciço) e a Secretária Geral da CE/FMMC (não identificada aqui por solicitação da própria educadora).

¹⁴ O que não significa que tais demandas tenham sido resolvidas pelas unidades de ensino associadas à CE/FMMC nos dias atuais.

A CE/FMMC, principalmente entre os anos de 2003 e 2004, discutiu a possibilidade de se construir um currículo integrado nas escolas e CEIs, ou, em outras palavras, ações curriculares comuns que pudessem atender de forma articulada à problemática da evasão e da repetência. Todavia, as escolas e CEIs da CE/FMMC continuavam, em grande medida, adotando estratégias individuais no que tangia ao processo de avaliação, já que era impossível modificar da noite para o dia disposições da cultura escolar historicamente construídas. Assim, pode-se dizer que um dos grandes desafios nos processos de escolarização, não apenas nas unidades de ensino integradas à CE/FMMC, refere-se à polarização de uma cultura escolar fortemente hierarquizada e a uma tentativa de construção do conhecimento em *rede*:

[...] a *construção* do conhecimento ocorreria de modo linear e hierarquizado, com uma antecedência de disciplinas teóricas organizadas em um *tronco comum* sobre o que é chamado de *disciplinas práticas*, sempre subordinadas, quer quanto ao lugar posterior ocupado, quer pelo tempo menor geralmente dedicado para o seu desenvolvimento [...]. A *noção de rede* diz muito mais do que a idéia de *interdisciplinaridade*, que mantém o entendimento de que os únicos conhecimentos existentes estão nas disciplinas [grifos no original] (ALVES, 2004, p. 26-28).

Além dos fatores acima enumerados, o educador estadunidense, Michael Apple (LINHARES; GARCIA, 1996, p. 102-103), considera que as mudanças curriculares só podem ocorrer de maneira efetiva com a boa formação inicial dos educadores. Isto significa não seguir à risca o que recomendam determinados manuais didáticos, muito menos basear-se tão somente em modelos curriculares oficiais. Outro dado importante a ser problematizado é que, em Santa Catarina, praticamente 90% do magistério no ensino fundamental é formado pelo sexo feminino. A feminização do magistério e, por conseguinte, das lideranças pedagógicas hoje à frente das escolas associadas à CE/FMMC, corresponde exatamente à participação decisiva das mulheres. Quando Apple alerta para o fato de que as educadoras estadunidenses – as brasileiras também se incluem aí – trabalham horas a fio durante o dia, em condições adversas, além do desgaste emocional, torna-se fundamental acrescentar que o seu trabalho não se esgota ali; continua no espaço doméstico, em função dos filhos, do marido e de tarefas alheias ao ofício pedagógico.

Por conseguinte, construir um currículo escolar que consiga atender a expectativas tão variáveis não é um exercício simples. Vilson Groh, muito influenciado pela *pedagogia problematizadora* de Paulo Freire, sugeriu nas reuniões da CE/FMMC, entre os anos de 2003 e 2004, que cada escola se reunisse com sua comunidade local para definir que *eixos temáticos* precisariam ser discutidos e operacionalizados em suas unidades de ensino. A formulação teórica sobre o currículo na CE/FMMC se aproximaria, assim, das teorias

críticas¹⁵, isto é, de elementos conceituais que levariam em conta ideologia, relações de poder, capitalismo, conscientização, currículo oculto, resistência, emancipação, luta de classes e relações sociais de produção (SILVA, 2007).

Os eixos temáticos foram construídos nas reuniões da CE/FMMC e nos encontros de formação continuada docente, que ocorriam uma vez por mês, totalizando nove encontros e 40 horas de efetivo trabalho pedagógico¹⁶. Os temas debatidos eram sugeridos pelos representantes da CE/FMMC e mediados pelas unidades de ensino. Apenas para citar um exemplo, no ano de 2004 os educadores apostaram em oficinas até então inéditas, como: educação biocêntrica, expressão corporal, educação multirracial, educação ambiental e ‘contação’ de histórias.

No decorrer de 2004, portanto, a principal preocupação estratégica da CE/FMMC foi a discussão da *identidade* das escolas e das CEIs, gerando debates por vezes acalorados e, em determinadas situações, um clima de competitividade entre essas unidades de ensino. Na ata do encontro do dia 23 de agosto de 2004, algumas questões foram lançadas à comissão de educação: 1) O que nos mantém unidos? 2) Em que somos iguais? 3) Em que queremos/desejamos ser iguais? 4) Quais princípios devem nortear nossas práticas?

Para o secretário executivo da CE/FMMC naquele período, a comissão não representava um grupo coeso, articulado, unido. Havia muitas divergências, resultando até mesmo em intrigas. Essas intrigas eram fomentadas por alguma competição sutil entre as escolas e respectivas direções ou coordenações pedagógicas, além da cotidiana competição entre professores e professoras. Sugeriu o então o secretário que cada escola discutisse e encaminhasse o que já havia sido incorporado nas suas práticas pedagógicas – e, portanto, em seu currículo –, sobretudo no que dizia respeito aos temas *meio ambiente, violência, avaliação, sexualidade, alimentação, informática, arte-educação, biblioteca e educação multirracial*, aproximando escolas e comunidades. Apresentava-se aí uma questão que se tornaria emblemática para os rumos da CE/FMMC, ou seja, até que ponto diretores e diretoras das escolas e CEIs poderiam ser tomados – ainda que fossem eleitos diretamente pela

¹⁵ Embora tal discussão nunca se tenha dado de forma sistemática no que concerne aos estudos teóricos e críticos, as demandas apontadas pelos professores e professoras das unidades de ensino associadas à CE/FMMC priorizavam, sobretudo, um currículo que atendesse a crianças e jovens das classes trabalhadoras, mais suscetíveis à evasão escolar.

¹⁶ Tal prática se deu até 2006, quando se definia, no início de cada ano letivo, o calendário conjunto das unidades de ensino da CE/FMMC. Em 2007, a Secretaria de Estado da Educação (SED) passou a definir um calendário de formação continuada para todas as unidades de ensino de Santa Catarina, retirando das escolas a autonomia pedagógica na elaboração de seu calendário escolar.

comunidade escolar e local¹⁷ – como representantes únicos e legítimos das demandas curriculares da CE/FMMC?

Os encontros de formação continuada docente também não davam conta das expectativas dos professores. Havia ali toda uma aprendizagem que precisava ser construída pela CE/FMMC em relação à organização dos encontros, ao perfil político dos/das palestrantes e *oficineiros* e, mormente, à sistemática *queda-de-braço* com a Secretaria de Educação (SED), que não oferecia qualquer tipo de auxílio financeiro/material¹⁸.

Desse modo, a construção curricular e os processos de formação docente da CE/FMMC necessitavam levar em conta o histórico da formação e organização das comunidades locais nos morros de Florianópolis, de origem preponderantemente migratória, provindas, em sua maioria, do meio rural catarinense. A busca por melhores condições de vida deveria, teoricamente, se realizar num espaço social com maiores oportunidades de trabalho. Neste caso, a capital do estado. O fato é que, ao chegarem a Florianópolis, estas famílias se deparam com um lugar pouco acolhedor.

Com isso, a adaptação ao convívio nestes territórios tem de ser absorvida rapidamente, sem qualquer transição menos traumática. Isto significa que o migrante não tem tempo hábil para elaborar conceitualmente suas perdas, que não são apenas materiais, mas fundamentalmente afetivas e sociais:

[...], a migração em si é indicadora não só da sociedade e das relações de força entre regiões, mas também é, fundamentalmente, reveladora dos dilemas e conflitos subjetivos a que está afeito todo aquele que se desloca. O migrante sai de um universo cultural recebido por herança ao nascer em direção a outro em que é confrontado com o que lhe foi dado *a priori*. Entre o sair e o chegar, ocorre um processo duplo que vai falar das ilusões dos emigrantes ao sofrimento do imigrante que atravessa a fronteira do estabelecido e do desconhecido (CAVALCANTI, 2002, p. 148).

Não será possível estabelecer um quadro real das subjetividades destas comunidades periféricas se não se perceber que os que habitam os morros e encostas de Florianópolis se sentem estrangeiros em seu próprio estado. Os mais afetados são os jovens, convivendo com

¹⁷ Os diretores e diretoras das unidades de ensino associadas à CE/FMMC tiveram, até meados de 2006, a garantia da continuidade do processo democrático de eleição direta nas escolas, abruptamente interrompido na gestão do secretário de Educação, Paulo Bauer (PSDB). Vale lembrar que em Santa Catarina não há eleição direta para diretores. Estes últimos ocupam cargos comissionados e de confiança do governo estadual. A CE/FMMC organizou o primeiro processo de eleição direta no final de 2002, garantindo a posse de seus candidatos e o respeito aos critérios de escrutínio eleitoral.

¹⁸ Isto foi um dificultador a mais, tendo em vista que caberia à Gerência Regional de Educação (GERED) e à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis (SDR) expedir o certificado com o número de horas estabelecidas nos encontros de formação. A não-entrega dos certificados aos trabalhadores em educação nos anos de 2003 e 2004 também ocasionou a evasão docente nas datas dos encontros nos anos seguintes.

organizações familiares não-nucleares e mergulhadas no trabalho informal, além da proximidade com o narcotráfico. Passam a ter um autoconceito extremamente depreciativo, que poderá se agravar durante seu processo de escolarização, espaço que reforçaria a exclusão ou a naturalização das desigualdades sociais.

Um *planejamento estratégico* poderia diagnosticar com maior precisão as prioridades, metas e ações transformadoras na comunidade escolar e na comunidade local do FMMC, permitindo aos trabalhadores em educação a superação de práticas pedagógicas desarticuladas do seu entorno social. A diversidade espaço-temporal representa também um elemento-chave numa adequada construção curricular, principalmente porque estas noções espaciais e temporais das comunidades – a escolar e a local - não são as mesmas. As reformulações espaciais e temporais ditadas pela lógica do capital têm imposto diferentes formas de sociabilização, dando-nos a falsa sensação de que todos estão integrados neste processo de *mundialização, planetarização, globalização, globalidade ou globalismo*. Nada mais ingênuo do que acreditar que a ‘ética do livre mercado’ (APPLE, 2002) regulará de maneira justa e igualitária as relações sociais de produção e, fundamentalmente, comporá todas as tensões sociais sem embate ou litígio. As comunidades empobrecidas do maciço do Morro da Cruz lidam diariamente com uma organização espaço-temporal estigmatizadora, atravessada pela violência estrutural. Para Telma Maria Ximenes (2001), é importante se compreender, conceitualmente, o que é ser *marginal* em tal contexto social:

[...], o conceito de marginal é considerado em sua característica de dualidade e de paradoxo: é alguém que está à margem da cultura dominante na sociedade e dos direitos sociais e políticos do cidadão e que, quando utilizado (o conceito) para designar o criminoso, muitas vezes, está designando esse mesmo cidadão que, entre um sem-número de cidadãos situados à *margem* do usufruto dos bens materiais e simbólicos existentes na sociedade, envereda para a criminalidade quando essa *marginalização* se alia às motivações subjetivas ou psicossociais [grifos da autora] (p. 43).

Por conseguinte, os arbitrários culturais presentes no território escolar devem ser discutidos e mediados pelos trabalhadores em educação, não como elementos de reprodução, mas, sobretudo, como subsídios para a superação de práticas pedagógicas descontextualizadas. Além disso, educadores e educadoras, ao reforçarem a aliança de classe, compreendem estruturalmente como o Estado se apropria de sua força de trabalho. Ignorar, portanto, a ação estatal na análise de classes é não reconhecer o quanto ele utiliza a máquina administrativa na defesa e no fortalecimento da ordem social. Nesta direção, as tentativas de

políticas de consenso no campo educacional sofrem embates cruciais e necessários entre a sociedade política e a sociedade civil.

Considerações finais

Na construção deste artigo, procurou-se analisar dois campos de litígio:

- as divergências políticas travadas entre o poder público e as comunidades dos morros de Florianópolis;

- a intrincada construção curricular e o processo de formação docente nas unidades de ensino associadas à CE/FMMC.

Outro aspecto a ser considerado tange ao mergulho na empiria (e aí me refiro, de forma geral, aos pesquisadores, entre os quais me incluo), que, se por um lado favorece novas problematizações no campo da pesquisa, de outro pode ofuscar discussões teóricas mais fundas. A propensão a um praticismo/ativismo ingênuo pode enfraquecer as dimensões teórico-metodológicas que precisariam ser investigadas neste recorte espaço-temporal, tão repleto de contradições e tão suscetíveis a alterações de categorias e conceitos pertinentes à pesquisa (afinal, nenhuma categoria analítica é eterna).

Assim, o silenciamento da ‘cidade invisível’, expressão de Henning (2007), denota a necessidade de que as comunidades do maciço do Morro da Cruz deem sentido às suas identidades coletivas a partir de uma nova lógica política, evitando que estes grupos venham a representar “guetos” no conjunto das forças sociais em litígio (HALL, 2003). Nestes embates e contradições se busca, sobretudo, um compromisso civilizador e o não-encolhimento da vida pública. O pacto urbano apontado pelo historiador Robert Moses Pechman (2008) se tem perdido nos últimos anos em Florianópolis, já que justamente a desmobilização ou a incapacidade de articulação das lideranças comunitárias tem ocasionado um tipo de violência – por parte das políticas públicas – que ignora ‘o outro’, como se esse não fosse portador de discurso, apagando definitivamente o “litígio constitutivo da política” (Idem, p. 192-193). Tal aposta no vazio político e no silenciamento das falas de dissenso são produtoras e reprodutoras da violência estatal. Logo, a busca do consenso na pólis se dá pelo apaziguamento do conflito e das tensões sociais, privatizando espaços públicos e tornando-os cada vez mais comercializáveis. Criam-se, portanto, todas as formas de isolamento em relação às “áreas de fricções e rogaçares” (Ibidem, p. 205), situadas nas comunidades empobrecidas de Florianópolis.

Num outro território de litígio, as discussões relacionadas ao currículo escolar têm-se dado na esfera das teorias críticas e pós-críticas¹⁹. É quando estas últimas se inserem numa pretensa revolução ao tratar da cultura escolar e da complexidade de seus desdobramentos nas práticas pedagógicas. Todavia, muitas das compreensões dos teóricos pós-críticos simplesmente deixam de lado aspectos associados aos que formulam políticas públicas no campo educacional. Tem-se a impressão de que as propostas curriculares oficiais representam um artefato desprovido de sujeitos históricos. Em outras palavras, a *linguagem* é um fim em si mesmo, repleto de neologismos e expressões semânticas de efeito, pouco propositivas e desvinculadas do sujeito da pólis. Termos como fecundidade do vivido/vivacidade do pensado; multirreferência/práxis identitária e educação intercristica; misantropias filosóficas; ágora polínia; etnoeducação; tecido histórico e ethos curricular; ethos prometeico; condição seminal de aprendizagem; humana-idade; aporia intercultural, etc. (MACEDO, 2007), são categorias (?!) mais literárias do que sociais.

Tal sedução semântica ou sedução pela linguagem não aponta reflexões contundentes no campo curricular. Assemelham-se mais a um exercício estético do que a uma análise política. Ficção e realidade não se distinguiriam mais (MORAES, 2000, p. 12).

Nesta direção, a adesão dos docentes aos engajamentos empíricos poderia problematizar de forma mais efetiva e realista as suas práticas pedagógicas em relação ao público escolar das comunidades dos morros de Florianópolis. Por conseguinte, de nada vale a privatização da ira (GOODSON, 2008), ou seja, reclamações miúdas sobre as condições de trabalho se não houver espírito coletivo e proposições curriculares conjuntas.

Enfim, se não desprezarmos as referências macroestruturais e microestruturais que constituem as diferentes formas de produção e reprodução da vida material, possivelmente teremos melhores condições analíticas para interferir na construção de políticas públicas no campo educacional. Tais problematizações aqui apontadas, que levam em conta diferentes espaços sociais e territoriais, além do repensar da ação comunicativa pedagógica nas escolas associadas à CE/FMMC, demarcam a necessidade dialética de não responder ao campo empírico a partir de um corpo teórico desprovido de intencionalidade, propositividade e ações concretas de emancipação humana via processo educativo.

¹⁹ Esta é uma discussão que precisaria ser mais bem adensada, mas, devido ao recorte deste artigo, não será aqui problematizada.

SOCIAL AREA AND TEACHER TRAINING: the experience of the Education Commission of the Fórum do Maciço do Morro da Cruz in the city of Florianópolis, Santa Catarina (2001-2009)

Abstract

This article aims to analyze the relations involving the social space where children and young people live at risk in the communities of the hills in the city of Florianópolis and the type of education offered to the public school units of state public education related to the Commission of Education Fórum do Maciço do Morro da Cruz. In this direction, seeking to understand processes of schooling, curriculum building and educational activities for continuing education faculty, as well as the strategies of public policy education in municipal and state levels.

Keywords: Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Commission of Education. Teacher training. School curriculum.

Referências

- ALVES, Nilda (Org.). *Criar currículo no cotidiano*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- APPLE, Michael W. Repensando ideologia e Currículo. In: MOREIRA, A. F; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 39-57.
- BERMAN, Marshall. Modernidade: ontem, hoje e amanhã. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Traduzido por Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 15-35.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CARRIJO, Aline Fernandes. *Transpondo muros: as práticas e entendimentos de cidadania na Escola Lúcia do Livramento Mayvorne (Florianópolis, 1988-2008)*, Florianópolis, 2009, 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Ciências Humanas e da Educação/ FAED. Universidade do Estado de Santa Catarina.
- CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo A. (Org.). *Cultura e Identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DA REDAÇÃO. Lula em SC. *Diário Catarinense*, Florianópolis, p. 4. 21 mar. 2008.
- DANTAS, Jéferson. Projeto histórico e construção curricular: a experiência social do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 88, n. 218, jan./abr. 2007, p. 122-139.

DUBET, François. A igualdade meritocrática das oportunidades. In: _____. *O que é uma escola justa?* - a escola das oportunidades. Traduzido por Ione Ribeiro Valle. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GOODSON, Ivor F. *As políticas de currículo e de escolarização*. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. A questão cultural. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 51-100.

HENNING, Luciano Augusto. *A distribuição espacial dos alunos das escolas integrantes da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz*. Florianópolis. 2007. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina.

LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Orgs.). Michael Apple. In: _____. *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. São Paulo: Cortez, 1996.

LÜCHMANN, L. H. H; BORBA, J. Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes. Trabalho apresentado no seminário temático: estrutura social, ação coletiva e poder político. *31º Encontro Anual da Anpocs*. UFSC, 2007.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercristica*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Traduzido por Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. A dupla problemática do objeto da História: ontológica e metodológica. In: _____. *Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2000, p. 12-46.

MUNCK, G. L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. *Dados*, v. 40, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: EDUFSC, 2003.

PAOLI, M.C. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, M. (Org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995, p. 24-55.

PECHMANN, Robert Moses. Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca; ou da cidade, da violência e da política. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITTENCOURT, João Batista (Orgs.). *Discussões do urbano: múltiplas facetas da cidade*. Chapecó/SC: Argos, 2008, p. 189-215.

PPP CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. Disponível em: <http://www.ccea.org.br/artigos/PPP%20CENTRO%20CULTURAL%20ES CRAVA%20ANASTACIA.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS: Secretaria da Habitação e Saneamento Ambiental. Projeto e ações no Maciço do Morro da Cruz (março de 2008). Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/habitacao_/dados_conjuntos/morro_da_cruz_/apresentacao_mmc_comunidades.pdf> Acesso em: 8 jul. 2009.

SADER, Emir. *A vingança da História*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. El Foro Social Mundial y la izquierda global. *El Viejo Topo*, Enero, 2008, p. 39-62.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das ações coletivas às redes de movimentos sociais* [s.n.], [s.l.], [s.d.], 17 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, set./dez. 2008, p. 505-517.

SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. Entrevista de Vilson Groh. In: _____. *Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais*. Itajaí/SC: Ed. da Univali; Florianópolis: Diálogo, 1999, p. 101-126.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade*. Uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Práxis e Violência. In: _____. *Filosofia da Práxis*. Traduzido por: Maria Encarnación Moya. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 371-392.

XIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Planejamento e Gestão do território: escalas, conflitos e incertezas. Florianópolis: ANPUR, 2009.

XIMENES, Telma Maria. Educação e violência: a produção da demanda para a educação não-formal. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes et. al. *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

Recebido em: 22/02/2010

Aprovado em: 10/05/2010